

ENUNCIÇÃO PROVERBIAL E ARGUMENTAÇÃO POR AUTORIDADE EM CARTAS DO LEITOR.

Yves Figueiredo de Oliveira*

Resumo: Neste trabalho estudamos a ocorrência de provérbios empregados como argumento de autoridade em cartas do leitor. A partir do corpus constituído de cartas da seção “Dos Leitores”, no jornal carioca O Globo, publicadas no período compreendido entre 01-01-2010 a 01-01-2011, foram selecionados 83 (oitenta e três) textos com a presença de provérbios, numa abordagem representativa que permitiu estudar o processo de construção da argumentação por autoridade nesses contextos. A hipótese defendida é a de que os enunciados proverbiais podem figurar como argumentos por autoridade a fim de embasar as teses dos autores das supramencionadas cartas do leitor, e as teorias que dão suporte a este estudo baseiam-se nos estudos empreendidos pela Semântica Argumentativa, de Ducrot (1987), e a Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2005), além das teorias relacionadas aos gêneros jornalísticos, de Melo (1994), entre outros. A análise dos dados nos permite afirmar que os enunciados proverbiais estudados constituem um primoroso recurso argumentativo, sobretudo concernente à argumentação por autoridade em cartas do leitor, dado, entre outros fatores, o seu caráter mnemônico e seu status de verdade consensual.

Palavras-chave: Argumentação. Provérbios. Carta do leitor.

Abstract: We study the occurrence of proverbs used as an argument of authority in the reader's letters. In the corpus of letters from the section "Dos Leitores", in the Rio newspaper O Globo, published in the period from 01-01-2010 to 01-01-2011, we selected 83 (eighty three) texts with the presence of proverbs in a representative approach that allowed us to study the process of construction of the argument by authority in these contexts. The hypothesis presented is that the proverbial utterances may appear as arguments for authority to base the thesis of the authors of the letters mentioned, and the theories that support this work are based on studies undertaken by Argumentative Semantics of Ducrot (1987), and the New Rhetoric of Perelman and Tyteca (2005), and theories related to the journalistic genres, de Melo (1994), among others. The data analysis allows us to say that the proverbial utterances studied are considered excellent argumentative resources, especially concerning the argument by authority of letters from readers, due, among other factors, the mnemonic character and status of a true consensus.

Keywords: Argumentation. Proverbs. Readers letters.

*Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) – DLL – CCHN – UFES – Vitória – ES – Brasil. E-mail: Lpyves@yahoo.com.br Orientação: Prof. Dr. José Augusto Carvalho.

Considerações iniciais

A temática principal abordada neste trabalho reside na pergunta que constitui o fio condutor da pesquisa: os provérbios, caracterizados como discurso de ensinamento, de conselhos, portadores de um saber consensual, são utilizados como argumentos de autoridade no discurso? A partir desse ponto, outras questões nos sobrevieram: Quais os provérbios mais empregados? Como eles são aplicados? De que modo são introduzidos no texto? Notamos, assim, que o caminho a seguir estava aberto. Nossa hipótese é a de que os provérbios podem ser empregados como argumentos por autoridade a fim de embasar teses dos autores das cartas do leitor estudadas. Portanto este trabalho justifica-se pela intenção de contribuir para a ampliação dos estudos acerca da argumentação, estudando os efeitos do emprego de provérbios como argumentos de autoridade em textos do gênero carta do leitor, com análises que possam fornecer novos reflexos para as atuais e futuras pesquisas na área.

Provérbios: A voz do povo é a voz de Deus.

O universo proverbial sempre foi objeto de várias pesquisas em diferentes campos, seja no tocante à paremiologia, área que se preocupa especialmente com a garimpagem e classificação de provérbios; seja no viés lexicográfico, fraseológico, folclórico; ou ainda, na perspectiva enunciativo-discursiva, área que concentra cada vez mais estudos relativos aos provérbios.

Como esta pesquisa se volta ao estudo dos provérbios no campo discursivo, em especial, na ação retórico-argumentativa, concordamos com a definição de Xatara (2008a, p.19), que caracteriza o provérbio como uma unidade léxica fraseológica fixa, consagrada por determinada comunidade linguística, que recolhe experiências vivenciadas em comum e formula como um enunciado conotativo, sucinto e completo, empregado com a função de ensinar, aconselhar, consolar, advertir, repreender, persuadir ou até mesmo praguejar.

Do ponto de vista discursivo, o uso de provérbios é cotidiano e socialmente utilitário para reprodução e perpetuação de atitudes, valores e ações, como ao dizer a outras pessoas o

que fazer ou não fazer ou que atitude tomar ou não tomar em relação a uma determinada situação. Obelkevich (1997, p. 45) declara que os provérbios se constituem em “‘estratégias para situações’, mas estratégias com autoridade”.

Os provérbios representam um estratagema valioso na argumentação. Ao citá-lo, colocamo-nos em uma posição privilegiada pela posse da sabedoria universal, pois, já que é conhecida e aceita pelo corpo social, proporciona respaldo àquilo que argumentamos. Outro fator apreciável referente ao uso de provérbios em contextos argumentativos reside em seu caráter impessoal.

Rocha (1995) expõe que a citação de um provérbio resulta, em determinados casos, numa estratégia em que o locutor se exime de dizer algo, usando como escudo um provérbio, que, por sua natureza de verdade geral, não faz referência explícita a um indivíduo em especial. O locutor, no emprego de um provérbio no discurso, necessariamente terá a intenção de atingir um determinado alvo. Logo, essa natureza genérica origina uma

“[...] ‘dubiedade’ em termos de referência a alvos específicos, o que é aliás vantajoso para ambos os parceiros do ato de fala, já que permite ao alocutário todo o jogo do ‘dizer e não dizer’ (para lembrar Ducrot), e também do ouvir sem escutar ou receber sem receber, da parte do alocutário” (ROCHA, 1995, p.150).

Em razão do “dizer sem dizer”, de sua condição de verdade incontestável, advinda de uma fonte de sabedoria admitida como indefectível, assim como de suas características mnemônicas, é que para a referida autora o provérbio se define como uma “arma apreciada na argumentação” (ROCHA, 1995, p.151).

Fundamentos teóricos: saco vazio não para em pé - dialogismo bakhtiniano, polifonia e heterogeneidades.

Uma das principais teorias desenvolvidas pelo Círculo Bakhtiniano diz respeito ao caráter dialógico da linguagem. Vista desse modo, torna-se relativamente fácil perceber ocorrências concretas do caráter dialógico em quase todo processo discursivo. Quando enuncia algo, o locutor o faz em função da existência de um interlocutor, podendo ser este último, real ou virtual. Tal enunciado, então, requer um feedback, uma resposta do interlocutor. Dá-se o mesmo quando o movimento é contrário, ou seja, a partir do momento

em que recebemos uma enunciação significativa, ela nos propõe uma réplica, em forma seja de concordância, de negação, de ação, etc. Assim, “compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1988, p. 95).

Do princípio dialógico da linguagem decorre o conceito de polifonia proposto por Bakhtin. Faraco (2006) lembra que tal conceito é um empréstimo do vocabulário da música para qualificar a obra de Dostoiévski, considerado por Bakhtin o criador de uma nova forma de romance, o romance polifônico.

Para o mencionado autor, a polifonia se caracteriza como a multiplicidade de vozes e consciências independentes que representam visões diferenciadas sobre o mundo. O termo designaria, assim, o diálogo estabelecido entre diferentes pontos de vista acerca do mundo.

De uma ou de outra perspectiva, encontramos na obra bakhtiniana a proposta de um sujeito que é influenciado pela multiplicidade de vozes sociais. O sujeito dialógico rejeita uma unilateralidade comunicativa, uma vez que se constitui discursivamente. Essa relação é tão intrínseca e heterogênea que poderíamos entender os enunciados como discurso citado, pertencentes à coletividade. Porém cada sujeito é considerado único e Bakhtin não rejeita o perfil singular do sujeito, na medida em que acredita na configuração particular da interação de cada indivíduo com o mundo que o cerca e demanda dele respostas. Há, portanto, apesar da ideia bakhtiniana de que tomamos as palavras dos lábios dos outros, a capacidade de individualização e singularização do discurso de um sujeito, desde que esteja atrelado à interação viva com as vozes sociais.

Aplicando tais conceitos à perspectiva da enunciação proverbial, quando alguém resgata um provérbio e o enuncia, está utilizando as palavras de outrem como uma espécie de discurso citado, assim como funcionaria com qualquer outro enunciado. Todavia, os provérbios fazem parte de memória discursiva do indivíduo e nesse caso são bivocalizadas nos enunciados. Em outras palavras, nossos enunciados expressam ao mesmo tempo a palavra do outro e a perspectiva com que a tomamos ao utilizá-la.

Com base na conceituação bakhtiniana de dialogismo, Authier-Revuz (1982) retoma a discussão acerca da presença do outro no discurso, abordando a questão sob o viés da heterogeneidade. A mencionada autora introduz o conceito de heterogeneidade sob a argumentação de que os enunciados sempre pressupõem uma condição da leitura dialógica,

admitindo mais de uma ‘voz’ do discurso. A presença de múltiplas vozes na enunciação, contrária à ideia de discurso homogêneo, é nomeada por ela heterogeneidade enunciativa.

Os provérbios carregam, dada a sua essência coletiva, importantes traços de heterogeneidade. Maingueneau (1997, p. 102) afirma que não há possibilidade, em sentido estrito, de citação ou de relato de provérbio, uma vez que se pode “apenas referi-lo a um Outro absoluto no qual estaríamos incluídos por direito”.

Argumentação e autoridade: Em terra de cego quem tem um olho é rei.

O argumento de autoridade se vale de ações ou juízos de uma pessoa específica ou de um grupo de pessoas, instituições, etc. como meio de prova de uma tese estabelecida. Maingueneau (1997) afirma que a argumentação por autoridade, fartamente utilizada e por vezes questionada, se constitui numa importante ferramenta de persuasão, dado o seu caráter ambíguo na enunciação.

Segundo a abordagem de Perelman e Tyteca (2005), existem vários argumentos influenciados pelo prestígio, pela reputação que determinado indivíduo possui socialmente. O caráter exemplar de um indivíduo possui tão grande relevância que pode ocasionar propensão à sua imitação. Porém há uma série de argumentos intimamente ligados ao prestígio. Nesse contexto, o argumento de prestígio que será mais claramente marcado é o argumento de autoridade, uma vez que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN & TYTECA, 2005, p.348).

As autoridades invocadas podem ser bem variáveis, abrangendo desde o parecer unânime ou a opinião comum, passando por certas categorias de homens – como os cientistas e filósofos – e autoridades impessoais – a física, a religião, a Bíblia – até autoridades designadas pelo próprio nome.

Oswald Ducrot (1930 -), linguista francês, considerado fundador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), tem-se dedicado há vários anos aos estudos enunciativos da linguagem. No Capítulo VII - A Argumentação por autoridade, de sua obra O dizer e o dito (1987), Ducrot demonstra seu posicionamento diante dos argumentos que se utilizam de figuras de autoridade para embasar teses.

Ducrot (1987, p.140) define dois tipos de argumento de autoridade a propósito de uma dada proposição a qual denomina “P”. Primeiramente, indica-se que “P já foi, é atualmente, ou poderia ser objeto de uma asserção” e, após, apresenta esse fato como se valorizasse a mesma proposição “P”, reforçando-a, atribuindo a ela um peso particular. O referido autor continua suas observações distinguindo dois tipos particulares de argumentação por autoridade: a *autoridade polifônica*, diretamente inscrita na língua, e o *raciocínio por autoridade*, tipo de demonstração, como a indução, a recorrência e a analogia.

Para o teórico, o mecanismo da *autoridade polifônica* possui duas etapas básicas. Em primeiro lugar, o locutor mostra um enunciador, que Ducrot afirma poder ser o próprio locutor ou outra pessoa, asseverando “P”. Em seguida, o locutor apoia nessa primeira asserção uma segunda, relativa a uma outra proposição chamada de “Q”. Assim, de início, temos que o locutor insere em seu discurso “uma voz que não é forçosamente a sua – responsável pela asserção de P” (DUCROT, 1987, p.143), ocorrendo, de um lado, uma identificação com o sujeito asseverador de Q e, de outro, a existência de uma correlação entre as proposições P e Q. A fim de ilustrar tais postulados, tomamos um exemplo do próprio autor:

Parece que vai fazer bom tempo: nós deveríamos sair

P

Q

Dessa forma, o primeiro enunciado (P) funciona como ponto de partida para o raciocínio e serve de base para justificar uma outra asserção (Q), assumida pelo locutor (L). Assim, o enunciador de P exerce o papel de uma autoridade no sentido de que “seu dizer é suficiente para justificar que L, por sua vez, se torna enunciador de Q, fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q” (DUCROT, 1987, p.146).

Por sua vez, o *raciocínio por autoridade* para Ducrot só se concretiza quando há a asserção de uma asserção. Koch (2002, p.146) explica que esse segundo tipo de argumentação por autoridade constitui uma forma de raciocínio experimental em que partimos do fato de que “X disse P”, e, conferindo a X a responsabilidade de não estar enganado sobre o que disse, conclui-se que P é verdade ou verossimilhante, como no exemplo da autora abaixo:

Jorge disse que Mário virá. Penso, pois, que ele virá.

X

P

Nesse caso, se X afirma que P, há uma implicação entre o primeiro enunciado e a própria proposição P.

Ainda para Koch (2002, p. 155), o recurso a provérbios, máximas, ditos populares, expressões consagradas pelo uso pode ser considerado um exemplo de argumentação por autoridade.

Gêneros textuais e carta do leitor: Nem tudo que reluz é ouro.

Os gêneros textuais constituem os inúmeros eventos discursivos a que estamos expostos e estão apoiados em formas padronizadas com estruturas relativamente estáveis, relacionados a diferentes situações sociais. Tais características facilmente permitem realizar a diferenciação entre uma piada e uma receita culinária, por exemplo, já que possuem modos de composição, conteúdos temáticos e estilos que lhes são próprios, além de exercerem funções específicas.

O jornal diário ou mesmo semanal constitui-se em um dos vários tipos de mídia impressa circulantes e caracteriza-se pela veiculação de informações relacionadas aos mais variados segmentos da vida em sociedade, combinando linguagem verbal e não verbal de forma articulada, objetivando atrair a atenção do público leitor e favorecendo seu trabalho de leitura e apreensão.

Melo (1994) expõe que o jornalismo em geral se articula em torno de dois núcleos principais, definidos por ele como jornalismo informativo e jornalismo opinativo. Na esfera opinativa Melo (1994) inclui os gêneros editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

Em uma perspectiva funcional-interativa a carta do leitor é considerada de domínio público, de caráter aberto, “com o objetivo de divulgar seu conteúdo, possibilitando, assim, ao público em geral a sua leitura” (BEZERRA, 2005, p.210). Expressa julgamentos pessoais acerca das matérias recém-publicadas, atendendo a vários propósitos comunicativos, como opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros.

Conforme Mendes (2011, p.2), atualmente o jornal carioca O Globo recebe textos de vários estados brasileiros em formato de carta do leitor. Chegam aproximadamente 250 cartas de leitores por dia, sendo que a maioria é transmitida digitalmente por e-mail. Do montante de cartas recebidas diariamente, apenas uma média de 25 são publicadas devido ao espaço físico disponível, totalizando cerca de 600 cartas de leitores por mês.

Análise do corpus: Quem procura acha.

Sob a perspectiva redacional, percebe-se que os 83 textos selecionados para a realização desta pesquisa, com a presença de provérbios com função argumentativa, publicados na seção “Dos Leitores”, são essencialmente opinativos; relativamente curtos; estruturados classicamente em três divisões principais (apresentação, desenvolvimento e conclusão); e utilizam o padrão culto da língua. Do ponto de vista da angulação, nota-se que o gênero carta do leitor se distancia das características peculiares do jornalismo, exatamente por reproduzir o ângulo observativo do leitor. É o espaço destinado a acolher as opiniões de quem recebe e processa o conteúdo veiculado pelo jornal.

A seguir procederemos à análise de um dos textos selecionados.

“Marina demonstrou na entrevista que é hábil no falar e não se deixar manipular por outros. No entanto, para presidir o Brasil é preciso mais. Se os brasileiros almejam um Brasil próspero, justo e livre, precisamos colocar acima de tudo os princípios éticos básicos, pois ninguém está acima da lei, *os fins não justificam os meios*; e no episódio do mensalão do governo Lula, Marina se omitiu, e *quem cala, às vezes, demonstra consentir. Também há outro ditado que nos diz: "dize-me com quem andas, e te direi quem és."* Marina sempre andou com o PT, alcançou respeito internacional com seu trabalho pelo meio ambiente através desse partido. Algo que não me convenceu foi a sua afirmação de que PSDB, DEM, PTB e PT são fisiologistas, ao mesmo tempo falando que com eles vai governar, sem ficar refém deles. Por acaso ela é a nova milagreira nacional?” (Grifos nossos.)

O texto acima foi publicado no dia 12 de agosto de 2010, período em que a disputa eleitoral pela presidência do Brasil estava começando a se tornar mais acirrada devido à proximidade do pleito. Entretanto, nota-se que o leitor critica alguns posicionamentos da candidata em face de alguns escândalos envolvendo membros do partido político do então governo Lula (PT), quando não se manifesta contrariamente sobre os fatos ocorridos.

Temos no texto em tela a asserção de três provérbios identificáveis utilizados com função argumentativa (“Os fins justificam os meios”; “Quem cala, consente”; “Diz-me com quem andas e te direi quem és”), os quais apoiam as ideias defendidas pelo autor da carta do leitor. A seguir faremos uma abordagem individual para cada provérbio mencionado.

Primeiramente, o autor demonstra assentimento às opiniões emitidas pela candidata à presidência no tocante à primazia aos princípios éticos em detrimento de ações que ignoram convicções e preceitos valorativos reconhecidos socialmente. Finalizando esse pensamento, o autor discorda da verdade evocada pelo provérbio “Os fins justificam os meios”, empregando

uma forma negativa (“Os fins não justificam os meios”) e essa ruptura do saber proverbial admitido como universal acaba por causar uma sensação de desconforto no sujeito-leitor. Nesse caso, o autor utiliza o provérbio para refutá-lo, isto é, o ponto de partida se constitui em uma representação consensual que em seguida será invalidada.

Lyzardo-Dias (2001) indica que do ponto de vista comunicacional tal contestação chama a atenção dos sujeitos-leitores e esse “estranhamento pode funcionar como elemento de interesse na medida em que ele levaria tais sujeitos a se deterem naquilo que se opõe à expectativa deles” (LYZARDO-DIAS, 2001, p.162).

Em relação ao provérbio “Quem cala, consente”, Souza (2001, p.268) explica que quem não protesta no momento oportuno dá o seu tácito consentimento. Sua utilização pelo autor da carta do leitor sugere que no episódio envolvendo escândalos financeiros no governo Lula, a candidata Marina, então Ministra do Meio Ambiente à época, não se pronunciou publicamente a respeito. Baseado no raciocínio proverbial, conclui-se daí que ela consentiu na corrupção ativa veiculada pela mídia.

E é justamente o resultado dessa inferência que é criticada pelo autor, isto é, se a sabedoria universal dos provérbios é tomada como indefectível pela maioria do público leitor, muito provavelmente a candidata concorda com os atos inescrupulosos praticados por membros do então governo. Nota-se, portanto, que a enunciação proverbial serviu de premissa básica para a evolução da argumentação.

Caso semelhante ocorre quando o autor da citada carta lança mão de mais um provérbio, completando três asserções de enunciados proverbiais. Souza (2001, p.67) explica que o significado convencional do provérbio “Diz-me com quem andas e te direi quem és” é a descoberta do verdadeiro caráter das pessoas pela observação do tipo de companhia que costuma ter.

No caso em tela, o autor da carta evidencia por meio do provérbio a contradição na fala da candidata à presidência. Inicialmente, o autor expõe que Marina alcançou prestígio internacional ao integrar o corpo de ministros do governo petista. Porém, na sequência, o autor revela a afirmação da candidata de que os partidos oposicionistas (PSDB, DEM, PTB) e até mesmo o próprio PT, o qual tinha apoio de seu partido (PV), são fisiologistas, isto é, governam à revelia do bem comum, buscando apenas vantagens pessoais ou partidárias.

Observamos que, na última enunciação proverbial, o autor do texto utiliza a expressão metalinguística “Também há outro ditado que nos diz:” para inserir o provérbio no discurso.

Rocha (1995) afirma que, em casos como esse, fica claro o objetivo de buscar apoio para a argumentação na autoridade de uma sabedoria que não é a do autor do texto em particular. Lyzardo-Dias (2001) nomeia as expressões que precedem os provérbios e sucedem a eles de expressões meta-enunciativas. A expressão “Também há outro ditado que nos diz:” orienta a leitura, indicando que a frase seguinte é “a denominação de um conceito geral a ser projetado naquela situação em particular” (LYZARDO-DIAS, 2001, p.184). Vale ressaltar que tais expressões acompanharam 29 (vinte e nove) provérbios nas cartas do leitor integrantes do corpus desta pesquisa, representando 35% do total.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) apontam que, quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras. Ao revelar o enunciado proverbial mediante expressões metalinguísticas, o autor embasa explicitamente sua tese na autoridade admitida pela coletividade como incontestável. Uma vez gerada a ideia generalizada representada pelo provérbio, o autor da carta do leitor busca particularizá-la para uma situação específica que ele relata em seguida. Assim, a aplicação do provérbio a um fato específico demonstra a validade da verdade que o provérbio evoca. Inserido como uma premissa, ou seja, como asserção inicial, o provérbio implica a “projeção do conceito que genérica e universalmente ele denomina para uma situação específica” (LYSARDO-DIAS, 2001, p.156).

A asserção de "dize-me com quem andas, e te direis quem és." funciona como ponto de partida para a construção da argumentação. Sob a perspectiva ducrotiana acerca da autoridade polifônica o citado provérbio representaria o enunciado P, isto é, uma voz que não necessariamente pertence ao autor da carta do leitor, mas à coletividade, à sabedoria universal. A partir daí, a argumentação segue apoiada em P, constituindo o que Ducrot (1987) chama de Q.

Evidentemente, o provérbio escolhido pelo autor do texto corroborará para a compreensão do que se quer dizer, comprovando o que Ducrot afirma sobre a necessidade de correlação entre as proposições P e Q. Desse modo, fica explícito que o primeiro enunciado (P) funciona como ponto de partida para o raciocínio e serve de base para justificar uma outra asserção (Q), assumida pelo locutor (L). Assim, o enunciador de P exerce o papel de uma autoridade no sentido de que “seu dizer é suficiente para justificar que L, por sua vez, se torna enunciador de Q, fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q” (DUCROT, 1987, p.146).

Considerações finais

Neste trabalho verificamos que os provérbios, enquanto manifestações linguísticas populares, constituem um primoroso recurso argumentativo, sobretudo concernente à argumentação por autoridade em cartas do leitor. Por meio das análises empreendidas foi possível comprovar, sob a perspectiva de Ducrot (1987) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que essas expressões ancoradas na tradição popular são utilizadas nas cartas produzidas por leitores do Jornal *O Globo*, servindo como argumento de autoridade, objetivando convencer os leitores das citadas cartas acerca dos assuntos abordados.

Também foi possível observar o caráter polifônico na autoridade proverbial. Geralmente, ao utilizarmos um argumento de autoridade, citamos personalidades que são referências em suas respectivas áreas de conhecimento. A argumentação por autoridade, portanto, se baseia em determinada pessoa ou grupo de pessoas localizadas fisicamente em um contexto sócio-histórico. Ao empregarmos um provérbio para efeito de argumentação por autoridade não fazemos referências a uma pessoa ou a um grupo especial, apoiamos nossa argumentação em todas as pessoas que já proferiram tal provérbio, sendo na maioria dos casos impossível determinar o seu primeiro locutor.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.11-80.

_____. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. *Calidoscópio*, nº 2, Vol. 6, p. 107-119, 2008. Tradução: Daniel Costa da Silva.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula?. In DIONÍSIO, Q. P.; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 208-216.

DUCROT, O. A argumentação por autoridade. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Cap. VII, p. 139-160.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Cap. VIII, p. 161-217.

DUCROT, O. La polifonia en lingüística. In *Polifonia y argumentacion*. Cali: Universidad del Valle, 1988. p. 15-29.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba, Criar Edições, 2. ed. 2006.

KOCH, I. G. V. Argumentação e autoridade polifônica. In: _____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 8ed., 2002. p. 140-157.

LACERDA, R. C.; LACERDA, H. R. C.; ABREU, E. S. *Dicionário de provérbios –francês, português, inglês*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

LYSARDO-DIAS, D. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. 2001, 276f., Tese (Doutorado em Letras: Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994

MENDES, L. M. R. *Um pouco da história do relacionamento do Globo com seus leitores*. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Um%20pouco%20da%20historia%20do%20relacionamento%20do%20Globo%20com%20seus%20leitores.pdf/view>>. Acesso em 15 de julho de 2011.

OBELKEVICH, J. Provérbios e História Social. In BURKE, P.; PORTER, R (Orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 43-81.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

ROCHA, R. *A enunciação de provérbios: descrições em francês e português*. São Paulo: Annablume, 1995.

SANTOS, M. O. *Um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial*. Campinas: Pontes, 2007.

SOUZA, J. R.. *Provérbios & máximas em 7 idiomas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

XATARA, C.; OLIVEIRA, W. L. *Novo PIP: dicionário de provérbios, idiomatismos e palavrões em uso*. São Paulo: Editora da Cultura, 2008a.

XATARA, C.; SUCCI, T. M. Revisitando o conceito de provérbio. *Veredas on line*, Juiz de Fora, PPG Linguística/UFJF, 1/2008, p.33-48, 2008b. Disponível em <www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf> Acesso em 20/03/2010.